



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS - GEAF



000212456

1. TIPO DE DOCUMENTO

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO | <input type="checkbox"/> TERMO DE DOAÇÃO | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE LOCAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> CONVÊNIO | <input type="checkbox"/> CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS | <input type="checkbox"/> TERMO DE APOSTILA |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CONVALIDAÇÃO | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - CITAÇÃO | <input type="checkbox"/> TERMO DE ACORDO E TRANSAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> TERMO DE CESSÃO DE USO | <input type="checkbox"/> FOLHA DE FREQUÊNCIA DE SERVIDOR | <input type="checkbox"/> TERMO ADITIVO |
| <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA - AVALIAÇÃO | <input type="checkbox"/> CARTA PRECATÓRIA-PENHORA | |
| <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS <u>TERMO DE CONVENIO</u> | | |

2. CONTRATADA

- ☒ PARTE 2 ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - AMAS

10

3. NÚMERO DO DOCUMENTO

| 0 | 1 | - | 0 | 8 | 1 | 2 | 9 | 5 | - | 1 | 0 | - | 1 | 5 |

4. MATÉRIA OU ASSUNTO

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> MATERIAL DE ESCRITÓRIO | <input type="checkbox"/> ÁGUA MINERAL | <input type="checkbox"/> SECRETARIA DE SAÚDE |
| <input type="checkbox"/> INFORMÁTICA | <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO | <input type="checkbox"/> ASSISTÊNCIA TÉCNICA |
| <input type="checkbox"/> ENGENHARIA | <input type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO | <input type="checkbox"/> VIGILÂNCIA |
| <input type="checkbox"/> TERCEIRIZAÇÃO | <input type="checkbox"/> CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA | |
| <input checked="" type="checkbox"/> OUTROS <u>INCLUI DEFICIENTES FISICOS AUDITIVOS E VISUAIS APOIO NA PROCURADORIA</u> | | |

(DESCREVA EM POUCAS PALAVRAS A MATÉRIA OU ASSUNTO. EXEMPLOS: FÉRIAS-FRÊMIO, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DIFERENÇA SALARIAL, DESAPROPRIAÇÃO E OUTROS).

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO
LAURA MACHADO

DATA
| 0 | 6 | / | 0 | 8 | / | 1 | 0 |

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

01

LNPMIA - 02001226

PBH
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO

Livro nº: 123 Folha nº: 164
Data: 05/08/10 Nome: Lúcia
94.560-2

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE, POR INTERMÉDIO DA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO E A
ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS.

Processo Administrativo nº 01.081295.10.15

O Município de Belo Horizonte, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, por intermédio da Procuradoria-Geral do Município, neste ato representado por seu Procurador-Geral, Dr. Marco Antônio de Rezende Teixeira, na presença do Secretário Municipal de Finanças, Dr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, situado na Rua Timbiras, nº 628, 15º andar – Bairro Funcionários, CEP 30.140-060, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a Associação Municipal de Assistência Social – AMAS, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.126.040/0001-54, registrada no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS sob o nº 218/02 e no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sob o nº 44006.000579/2003-87, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 4.000, andar Térreo, Bairro Mangabeiras, CEP 30.130-009, legalmente representada por sua Presidenta, Drª. Rosalva Alves Portella, CI nº 4.396.098-4 SSP/SP e CPF nº 579.927.118-15, neste ato denominada **CONVENENTE**, celebram o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, com base nas disposições contidas no artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93, no Decreto Municipal 10.710/2001 e nas demais disposições legais aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio a inclusão social de 08 (oito) deficientes físicos, auditivos ou visuais, em situação de desemprego e de vulnerabilidade social, para o desempenho de apoio administrativo, como Assistentes Operacionais, na sede da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O presente Convênio terá prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse mútuo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor mensal deste Convênio é estimado na quantia de R\$ 11.746,08 (onze mil, setecentos e quarenta e seis reais e oito centavos), perfazendo um valor global anual estimado em R\$ 140.952,96 (cento e quarenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), a serem desembolsados pela **CONCEDENTE**, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Convênio.



02

Parágrafo único: O repasse dos recursos financeiros, necessários à execução deste instrumento, será depositado na Caixa Econômica Federal, Banco nº 104, Agência nº 0681, Conta Poupança nº 14.267-6, Nome: AMAS / PGM, Operação nº 013.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta da Concedente e serão acobertadas pela dotação orçamentária 0500.0001.04.062.003.2.010.319004.00.0100.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

5.1 Selecionar e contratar pessoas de que trata a Cláusula Primeira deste Convênio, por si própria ou em parceria com órgãos especializados na seleção de pessoas com deficiências;

5.2 Efetuar reposição do pessoal contratado sempre que se fizer necessário para a execução do Projeto do Convênio;

5.3 Disponibilização de sua equipe técnica-administrativa para a execução e operacionalização das atividades do projeto.

5.4 Efetuar o pagamento das despesas com o pessoal contratado, incluindo salários, encargos sociais, vales-transporte, vales-refeição e demais despesas decorrentes das contratações.

5.5 Apresentar, sempre que solicitado pelo **CONCEDENTE**, comprovação de cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias, securitárias e tributárias e quaisquer outras, no que couber.

5.6 Garantir a cada empregado, na execução dos serviços, o conjunto necessário de condições e equipamentos, para proteção à saúde e para prevenção de acidentes de trabalho (EPI), de acordo com a função desempenhada.

5.7 Manter preposto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à execução dos serviços, disponibilizando número de telefone fixo para atendimento.

5.8 Fornecer até o último dia do mês em curso os vales-transporte e os vales-refeição na quantidade correspondente ao número de dias de efetivo trabalho previsto para o mês subsequente, respeitando o calendário mensal (primeiro ao último dia do mês), sendo vedado a substituição dos mesmos por dinheiro ou crédito em conta. O valor unitário do vale-refeição será reajustado de acordo com orientações do **CONCEDENTE**.

5.9 Substituir, sempre que exigido pelo **CONCEDENTE**, em até 24 (vinte e quatro) horas, sem interrupção do serviço, o empregado, caso o desempenho, saúde, conduta moral ou profissional seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório ao interesse do serviço. A solicitação de substituição será escrita e encaminhada pela Gerência de Atividades Cartoriais.

5.10 Submeter-se às condições estabelecidas pelo **CONCEDENTE** quanto ao cumprimento do horário e ao controle da presença do empregado, incumbindo-se de substituir, sem interrupção, quando entrar em licença médica, férias, ou não comparecer ao serviço por qualquer motivo.



03

24

5.11 Comunicar ao **CONCEDENTE**, antecipadamente, cronograma de concessão de férias.

5.12 Zelar pela disciplina de seu empregado, sendo vedado:

5.12.1 Qualquer tipo de jogo, vendas de produtos, circulação de listas, rifas e pedidos de quaisquer natureza;

5.12.2 Utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos de propriedade do **CONCEDENTE**, abrir armários, gavetas ou invólucros de qualquer espécie sem prévia autorização do gerente da unidade competente;

5.12.3 Consumir e/ou guardar drogas ou bebidas alcoólicas nas dependências do **CONCEDENTE**.

5.12.4 Garantir a não violação de documentos e o sigilo de assuntos do **CONCEDENTE** colocados ao alcance dos empregados que a esta vier servir.

5.13 Credenciar representante(s) da empresa junto ao **CONCEDENTE**, para supervisionar e gerenciar a execução do serviço contratado.

5.14 Controlar a frequência dos empregados designados para a prestação dos serviços.

5.15 Fornecer até o 5º (quinto) dia útil do início da prestação de serviços e sempre que solicitado pelo **CONCEDENTE**, cadastro do empregado constando: nome completo, número e série da carteira profissional, data de admissão, PIS e CPF:

5.16 Comprovar mensalmente o regular recolhimento de todos os encargos sociais, previdenciários, tributários e a regularidade da situação do empregado alocado na prestação do serviço, em especial:

5.17 Emitir folha de pagamento e guia de recolhimento das obrigações previdenciárias e sociais específicas dos empregados alocados na prestação do serviço.

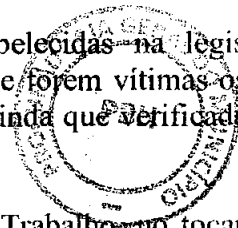
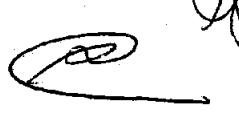
5.18 Pagar o empregado contratado, por força deste instrumento, em agência bancária situada no Município de Belo Horizonte.

5.19 Responsabilizar-se pelo pagamento regular dos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o pessoal necessário à execução do Contrato.

5.20 Arcar com a totalidade dos tributos, despesas, insumos e vantagens estabelecidas em acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho, ainda que não especificados ou especificados diferentemente na planilha de composição de preços.

5.21 Tomar todas as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do **CONCEDENTE**.

5.22 Cumprir o disposto na Portaria nº. 3.214/74, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho.


04 

5.23 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República/88.

5.24 Comunicar ao **CONCEDENTE**, qualquer anormalidade verificada.

5.25 Submeter-se às normas e determinações do **CONCEDENTE** no que se referem à execução do convênio.

5.26 Aplicar os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** exclusivamente na execução das ações pactuadas.

5.27 Apresentar ao **CONCEDENTE** sempre que se fizer necessário, relatório técnico das atividades desenvolvidas.

5.28 Manter os recursos transferidos pela **CONCEDENTE** em conta bancária individualizada, aberta exclusivamente para esse fim. Os recursos deverão ser aplicados.

5.29 Manter arquivo individualizado, e em ordem cronológica, de toda a documentação comprobatória das despesas realizadas em virtude deste Convênio, ficando à disposição do **CONCEDENTE**.

5.30 Encaminhar mensalmente relatórios de controle e prestação ao **CONCEDENTE** de contas individuais referente a contratação, demissão e comprovação do recolhimento de todos os encargos sociais, securitários, tributários e trabalhistas, e demais ações previstas nos contratos de trabalho dos contratados, bem como o consolidado das folhas de frequência, e cópia das respectivas folhas.

5.31 Providenciar sempre que solicitado pelo **CONCEDENTE** a substituição dos profissionais, independentemente de justificativa da mesma.

5.32 Responsabilizar-se por toda e qualquer Ação Trabalhista referente às contratações em tela, isentando o **CONCEDENTE** de qualquer responsabilidade.

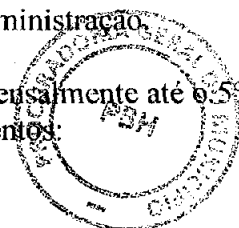
CLAUSULA SEXTA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

As faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, relativos à execução física e financeira do objeto pactuado, deverão ser emitidos em nome da **CONVENIENTE** devidamente identificados com o processo número 01.081295.10-15.

Parágrafo Primeiro: Não poderão ser pagos com recursos do convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de prazo da administração.

Parágrafo Segundo: A prestação de contas deverá ser apresentada mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, devendo ser instruída com os seguintes documentos:

1. Ofício de encaminhamento;
2. Plano de trabalho;
3. Cópia do termo de convênio;



05



4. Relatório de execução físico-financeira;
5. Demonstrativo da execução da Receita e Despesa; evidenciado o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro quando for o caso;
6. Conciliação bancária, com extratos mensais da conta corrente e de aplicações financeiras referente ao período;
7. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pelo **CONCEDENTE**;
8. Cópia autenticada de todos os documentos fiscais comprobatórios de despesa, em ordem cronológica e devidamente atestados e quitados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- 7.1. Disponibilizar sua equipe técnica-administrativa para a execução e operacionalização das atividades do Projeto;
- 7.2 Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços por meio da Gerência de Atividades Cartoriais;
- 7.3 Emitir, conferir e assinar o "Controle de Frequência" do pessoal contratado;
- 7.4 Preparar e instruir para pagamento as faturas apresentadas pela **CONVENENTE**.
- 7.5 Notificar a **CONVENENTE**, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na prestação dos serviços, inclusive para constituir em mora quanto às obrigações relativas à apresentação dos documentos necessários à realização dos pagamentos devidos.

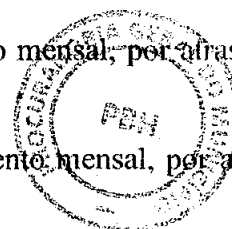
CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

8.1.1. advertência.

8.1.2. multa, nos seguintes percentuais:

- a) 10% (dez por cento) do valor total da contratação quando a Contratada se recusar a retirar a Nota de Empenho dentro do prazo previsto.
- b) 0,3% (três décimo por cento) aplicada sobre o valor do faturamento mensal, por atraso na entrega do vale-transporte ou do vale-refeição.
- c) 0,5% (cinco décimos por cento) aplicada sobre o valor do faturamento mensal, por atraso no pagamento dos salários.



06

[Handwritten signature]

d) multa diária de 0,1% (um décimo por cento) aplicada sobre o valor do faturamento mensal por atraso ou pela incorreção de qualquer espécie na entrega de documentos ou relatórios previstos nas Cláusulas Quinta e Oitava deste instrumento;

e) 3,0% (três por cento) aplicada sobre o valor do faturamento mensal por inexecução parcial de quaisquer das obrigações contratuais;

f) 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor remanescente do Contrato por inexecução total das cláusulas contratuais.

8.1.3. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

8.1.4. impedimento de licitar e contratar, com o consequente descredenciamento do SUCAF -- Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte nos termos do art. 7º da Lei n.º. 10.520/02.

8.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

8.2 As penalidades de advertência e de multa serão aplicadas pela Gerência de Contratos da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa.

8.3 As multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação pela Gerência Administrativo Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa.

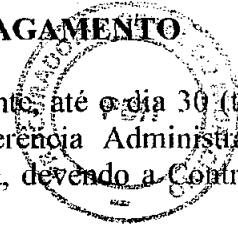
8.4 Na aplicação das penalidades previstas nos subitens 7.1.1 e 7.1.2, será facultada a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

8.5 A aplicação da penalidade de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade são de competência do Secretário Municipal Adjunto de Gestão Administrativa e Secretário Municipal de Finanças, respectivamente, facultada a defesa da **CONVENENTE** no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para suspensão temporária e de 10 (dez) dias úteis para declaração de inidoneidade, contados a partir da sua notificação.

8.6 As multas são independentes, podendo ser aplicadas conjunta ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a **CONVENENTE** da plena execução do serviço contratado.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO

9.1 O pagamento dos serviços contratados será efetuado mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da efetiva prestação do serviço, pela Gerência Administrativo-Financeira da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa, devendo a Contratada apresentar à Gerência de Apoio Logístico:



Handwritten signature.

07

119
9

9.1.1 até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento do relatório de fechamento do serviço prestado, as Notas Fiscais/Faturas relativas ao período compreendido entre o 1º (primeiro) e o último dia do mês anterior.

9.1.2 até o 5º (quinto) dia útil de cada mês: comprovante de entrega dos vales-transporte e vales-refeição do empregado alocado na prestação do serviço para utilização no mês em curso.

9.1.3 até o 12º (décimo segundo) dia de cada mês: comprovação de pagamento do salário e encargos por meio de:

a) cópia da folha de pagamento, legível, relativa ao mês anterior da efetiva prestação do serviço, com o respectivo comprovante de crédito bancário (nominal), para comprovação de pagamento do salário,

b) cópia da guia do FGTS e da GFIP referente ao período imediatamente anterior, devidamente autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original,

c) cópia da Relação de Empregados – RE e seu respectivo protocolo de conectividade.

9.1.4 Até o 21º (vigésimo primeiro) dia de cada mês: cópia da guia de GPS referente ao período imediatamente anterior, devidamente autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original.

9.2 A **CONVENENTE** deverá emitir folha de pagamento e guia de recolhimento das obrigações previdenciárias e sociais específicas do pessoal alocado na prestação do serviço contratado.

9.3 Em caso de constatação de irregularidades, a **CONVENENTE** deverá fazê-las, em até 24 (vinte e quatro) horas.

9.4 A **CONVENENTE** deverá conciliar conferir e assinar em 02 (duas) vias, o “Controle de Prestação de Serviços Terceirizados”, emitido pelo **CONCEDENTE**, até o 2º dia útil do mês subsequente ao do serviço prestado, devendo anexar a este cópias legíveis dos documentos que justifiquem faltas, licenças e substituições.

9.5 A **CONVENENTE** deverá anexar à Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débito Salarial emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devidamente autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original, para autenticação do servidor responsável.

9.6 O faturamento mensal do último período de prestação dos serviços só ocorrerá após o último dia efetivo da prestação e apuração do mesmo.

9.7 O desconto referente ao serviço não prestado será efetuado na fatura do mesmo período da prestação do serviço, com exceção do primeiro mês que será descontado no 1º (primeiro) faturamento subsequente.

9.8 A **CONVENENTE** deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

9.9 O atraso na apresentação do faturamento que venha implicar atraso no recolhimento da importância retida para o INSS acarretará no repasse dos acréscimos legais à **CONVENENTE**.

08

9.10 Os pagamentos serão feitos conforme Plano de Trabalho e Planilha de Custos deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses de a **CONVENENTE**:

10.1 infringir quaisquer das cláusulas ou condições do convênio;

10.2 transferir ou ceder o convênio a terceiros, no todo ou em parte;

10.3 extinção da **CONVENENTE**;

10.4 recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução do convênio, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

10.5 deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao **CONCEDENTE**;

10.6 deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;

10.7 ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

10.8 subcontratar total ou parcialmente o objeto ajustado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

Este Convênio poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONCEDENTE** devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à **CONVENENTE**, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

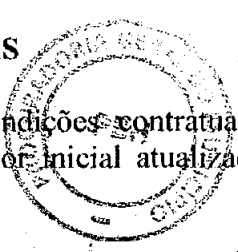

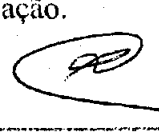

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ADITAMENTO DO PROJETO, SERVIÇO E VALORES

Fica vedada qualquer alteração quantitativa, ou qualitativa do convênio, que implique em custos adicionais, excetuando-se as alterações autorizadas pelo Ordenador da Despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A **CONVENENTE** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

13.2 A tolerância do **CONCEDENTE** com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONVENENTE**, não importará de forma alguma em alteração ou novação.





09

13.3 A **CONVENIENTE** não poderá caucionar ou utilizar o convênio para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

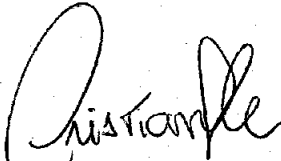
A publicação do extrato do presente convênio no "Diário Oficial do Município" correrá por conta e ônus do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

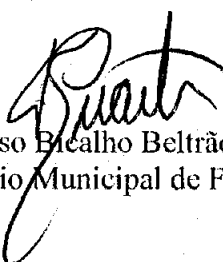
Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente convênio, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, *05 de agosto de 2010.*


Marco Antônio de Rezende Teixeira
Procurador Geral do Município

Christina Maria Fortini Pinto e Silva
Procuradora Geral Adjunta do Município


José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Secretário Municipal de Finanças

Paulo de Souza Duarte
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro


Associação Municipal de Assistência Social - AMAS

